

**RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.985 - RS
(2019/0230853-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : INDUSTRIA DE CALCADOS E ARTEFATOS CARIRI LTDA
ADVOGADOS : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES - RS028448
RAFAEL FOGAÇA - RS050798
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 105, III, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DE DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO AO CONHECIMENTO DO RECURSO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por INDUSTRIA DE CALCADOS E ARTEFATOS CARIRI LTDA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 453):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DE CDAS FIRMADAS POR AGENTE INCAPAZ. EMBARGOS IMPROCEDENTES. AGRADO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 182 DO STJ.

I - Na origem, trata-se de embargos à execução fiscal em que a ora agravante argui a nulidades de CDAs, pois firmadas por agente incapaz. Na sentença, julgaram-se improcedentes os embargos. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - Inadmitiu-se o recurso especial com base na incidência da Súmula n. 83/STJ. Não se conheceu do agravo em recurso especial diante da falta de impugnação do referido óbice. A parte agravante, em seu agravo interno, não impugna esses fundamentos.

III - É entendimento desta Corte que não se conhece do agravo interno que não impugna os fundamentos da decisão recorrida. Incidência do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

IV - Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 461/469), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido ofendeu ao artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, ao não conhecer do agravo no agravo em recurso especial, pois foram explicitadas as razões capazes de ilidir os fundamentos da decisão agravada, não havendo que se falar em incidência do óbice da

Sumula 182 do STJ.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 476/485.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Com efeito, a Suprema Corte já asseverou não ter cabimento o recurso extraordinário, com fundamento no inciso III do art. 105 da Constituição Federal, para questionar o conhecimento ou não do apelo especial, salvo se o julgamento do Superior Tribunal de Justiça apoiar-se em premissas que conflitem diretamente com o disposto no mencionado artigo.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PONTAL DO PARANAPANEMA. NULIDADE DOS TÍTULOS DE DOMÍNIO EM RAZÃO DO VÍCIO NA ORIGEM DA CADEIA DOMINIAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 105, III, DA CONSTITUIÇÃO. REEXAME DE DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DE COMPETÊNCIAS DE CORTES DIVERSAS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. RE 598.365. TEMA 181. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL E DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 280 DO STF. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE NAS SEDES RECURSAIS ANTERIORES. MANIFESTO INTUITO PROTRELATÓRIO. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AG.REG. NO RE 1.081.829/SP, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 28/09/2018)

No caso, depreende-se das razões recursais que, no entender do recorrente, o julgamento do agravo interno no agravo em recurso especial infringiu dispositivo constitucional porque foram devidamente impugnados os fundamentos da decisão agravada, não havendo óbice ao conhecimento do recurso.

Ou seja, a insurgência diz respeito ao grau de cognição do recurso especial.

Ocorre, todavia, que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 598.365/RG/MG, decidiu que: "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração

Superior Tribunal de Justiça

da própria repercussão geral”, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente